



1. Estrutura Institucional da Universidade

A **Universidade Federal do Cariri – UFCA** é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação e sediada na Região Metropolitana do Cariri – RMC, no sul do estado do Ceará, Foi criada pela Lei Federal nº 12.826, de 05 de Junho de 2013 por desmembramento do Campus Cariri da Universidade Federal do Ceará – UFC, que é a instituição tutora durante o processo de implantação da nova universidade. A UFCA já tem unidades instaladas nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, e expansão prevista inicialmente para as cidades de Brejo Santo e Icó.

2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis da UFCA são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI. Além das informações constantes nos relatórios do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As NBCTSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

3. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis



Notas Explicativas 1º Trimestre de 2018

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

3.1 Consolidação das demonstrações contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, ente econômico denominado União, e do qual a UFCA faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra – OFSS.

As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra.

Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

3.2 Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto na UFCA quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº



Notas Explicativas 1º Trimestre de 2018

93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3.3 Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

3.4 Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>)

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o



Notas Explicativas 1º Trimestre de 2018

compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>)

3.5 Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>)

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da UFCA, e nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

b) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

c) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.



d) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

g) Intangíveis

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

h) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. No âmbito da UFCA a depreciação dos bens imóveis não está sendo realizada tendo em vista a não incorporação ou não conclusão das obras realizadas e obras em andamento.



Notas Explicativas 1º Trimestre de 2018

Em relação aos bens móveis, o saldo contábil dos bens móveis constante no SIAFI divergem dos relatórios RMB enviados pelo patrimônio, em virtude de, na data de 31/10/2016 a UG 153045 (UFC) realizou a transferência por meio de doação a UFCA através do processo 13278/16. Neste sentido, medidas já foram tomadas para sanar as divergências.

i) Provisões

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

j) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

(a) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

(b) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as



Notas Explicativas 1º Trimestre de 2018

entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

(c) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada” da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias¹⁰ ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

4. Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário – BO

A Universidade Federal do Cariri (UFCA), tem uma receita prevista para 2018 provenientes de arrecadação própria no valor de R\$ 564.954,00 e uma despesa fixada no valor de R\$ 105.483.910,00 conforme será apresentado a seguir.

4.1 Execução das Receitas Orçamentárias

Durante o primeiro trimestre de 2018 as receitas próprias arrecadadas totalizaram um valor de R\$ 90.954,41, representando 16,10% das receitas anuais previstas. Compondo o resultado parcial estão as “Receitas Patrimoniais” relativas a aluguéis e arrendamentos no valor de R\$ 5.330,48, representando 5,86% do arrecadado e as “Receitas de Serviços” relativas a Serviços Administrativos no valor de R\$ 42.834,66 representando 47,09% e Inscrições em Concursos e Processos Seletivos no valor de R\$ 42.789,27 representando 47,04%, dessa forma, as “Receitas de Serviços” obtiveram um melhor desempenho sendo responsável por um total de R\$ 85.623,93, isso corresponde a 94,14% das receitas realizadas até 31/03/2018.

A Tabela a seguir apresenta as receitas da universidade conforme Categoria Econômica, origem e espécie.



Notas Explicativas 1º Trimestre de 2018

Tabela 01 – Receita Orçamentária: Composição

R\$ Mil

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	Realização
RECEITAS CORRENTES					
Receitas Tributárias	564.954,00	564.954,00	90.954,41	-473.999,59	16,10%
Impostos	-	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	27.296,00	27.296,00	5.330,48	-21.965,52	19,53%
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	27.296,00	27.296,00	5.330,48	-21.965,52	19,53%
Valores Mobiliários	-	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-
Receitas de Serviços	537.658,00	537.658,00	85.623,93	-452.034,07	15,93%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	537.658,00	537.658,00	85.623,93	-452.034,07	15,93%
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
Total	564.954,00	564.954,00	90.954,41	-473.999,59	16,10%

Fonte: Balanço Orçamentário 2018.

Nota: Dentre os principais serviços geradores de receitas próprias na universidade, encontram-se as Taxas por Inscrição em Concurso e Processos Seletivos e as provenientes de Serviços de Alimentação fornecidas no Restaurante Universitário.

4.2 Visão geral da Execução das Despesas Orçamentárias

Durante o primeiro trimestre de 2018 a provisão recebida pela UFCA totalizou R\$ 99.420.586,36, representando 94,25% do total fixado na LOA, encontrando-se o valor de R\$ 56.460.517,37 já empenhado, representando 56,79% da provisão recebida. Do valor empenhado R\$ 33.106.966,54 refere-se a folha de pagamento e R\$ 10.478.755,94 refere-se a Ação 14XP (Implantação da UFCA), representando respectivamente 58,64% e 18,56% do total empenhado no período.



Ministério da Educação – MEC
Universidade Federal do Cariri – UFCA
Pró-Reitoria de Administração – PROAD
Coordenadoria de Contabilidade e Finanças – CCF

Notas Explicativas 1º Trimestre de 2018

Tabela 02 – Despesa Orçamentária: Detalhamento

Ação Governo		Grupo Despesa		Métrica	Saldo R\$ (Item Informação)						
				PTRES	CREDITO DISPONIVEL	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	DESPESAS PAGAS		
000Q	CONTRIBUICOES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS SEM EXIGENCIA DE P	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	128287	7.000,00						
				138774	800,00						
				138775	3.200,00						
		Total			11.000,00						
00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	108065	0,00	591.484,36	180.242,87	24.578,57	386.662,92		
				Total		0,00	591.484,36	180.242,87	24.578,57	386.662,92	
00PW	CONTRIBUICOES A ENTIDADES NACIONAIS SEM EXIGENCIA DE PROGRAM	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	137090	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00		
				137091	0,20	9.500,80	0,00	0,00	9.500,80		
				138773	34.051,00						
		148558	0,00	4.448,00	0,00	0,00	4.448,00				
Total			34.051,20	15.948,80	0,00	0,00	15.948,80				
0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	088913	47.686,68	212.313,32	79.718,88	0,00	132.594,44		
				Total	47.686,68	212.313,32	79.718,88	0,00	132.594,44		
09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	128282	3.358.650,88	6.016.959,12	3.686.228,80	0,00	2.330.730,32		
				Total	3.358.650,88	6.016.959,12	3.686.228,80	0,00	2.330.730,32		
14XP	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA	4	INVESTIMENTOS	109015	1.457.900,00	42.100,00	42.100,00				
				3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	109015	10.245.604,06	10.436.655,94	9.038.654,06	459.224,17	938.777,71
				Total		11.703.504,06	10.478.755,94	9.080.754,06	459.224,17	938.777,71	
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	088918	303.116,31	602.607,69	352.199,17	0,00	250.408,52		
				Total	303.116,31	602.607,69	352.199,17	0,00	250.408,52		
20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	128284	8.000,00	4.000,00	4.000,00				
				141700	500.000,00						
				Total	508.000,00	4.000,00	4.000,00				
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	088912	23.973.366,46	33.106.966,54	18.677.956,67	13.151,61	14.415.858,26		
				Total	23.973.366,46	33.106.966,54	18.677.956,67	13.151,61	14.415.858,26		
212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	138769	170.255,00	303.963,00	181.421,25	0,00	122.541,75		
				138770	4.867,00	6.000,00	1.802,86	0,00	4.197,14		
				138771	1.429.884,00	1.650.000,00	874.241,73	0,00	775.758,27		
				138772	11.628,00	12.000,00	8.044,50	0,00	3.955,50		
				Total	1.616.634,00	1.971.963,00	1.065.510,34	0,00	906.452,66		
216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	112379	10.000,00						
				Total	10.000,00						
4002	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	109016	1.087.997,00	3.375.345,00	2.849.528,75	209.515,00	316.301,25		
				109019	12.015,00						
				Total	1.100.012,00	3.375.345,00	2.849.528,75	209.515,00	316.301,25		
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	109014	245.826,40	84.173,60	50.095,80	25.093,60	8.984,20		
				Total	245.826,40	84.173,60	50.095,80	25.093,60	8.984,20		
8282	REESTRUTURACAO E EXPANSAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO	4	INVESTIMENTOS	109017	0,00						
				148269	0,00						
				3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	109017	0,00				
		109020	48.221,00								
		148269	0,00								
		Total		48.221,00							
Total				42.960.068,99	56.460.517,37	36.026.235,34	731.562,95	19.702.719,08			

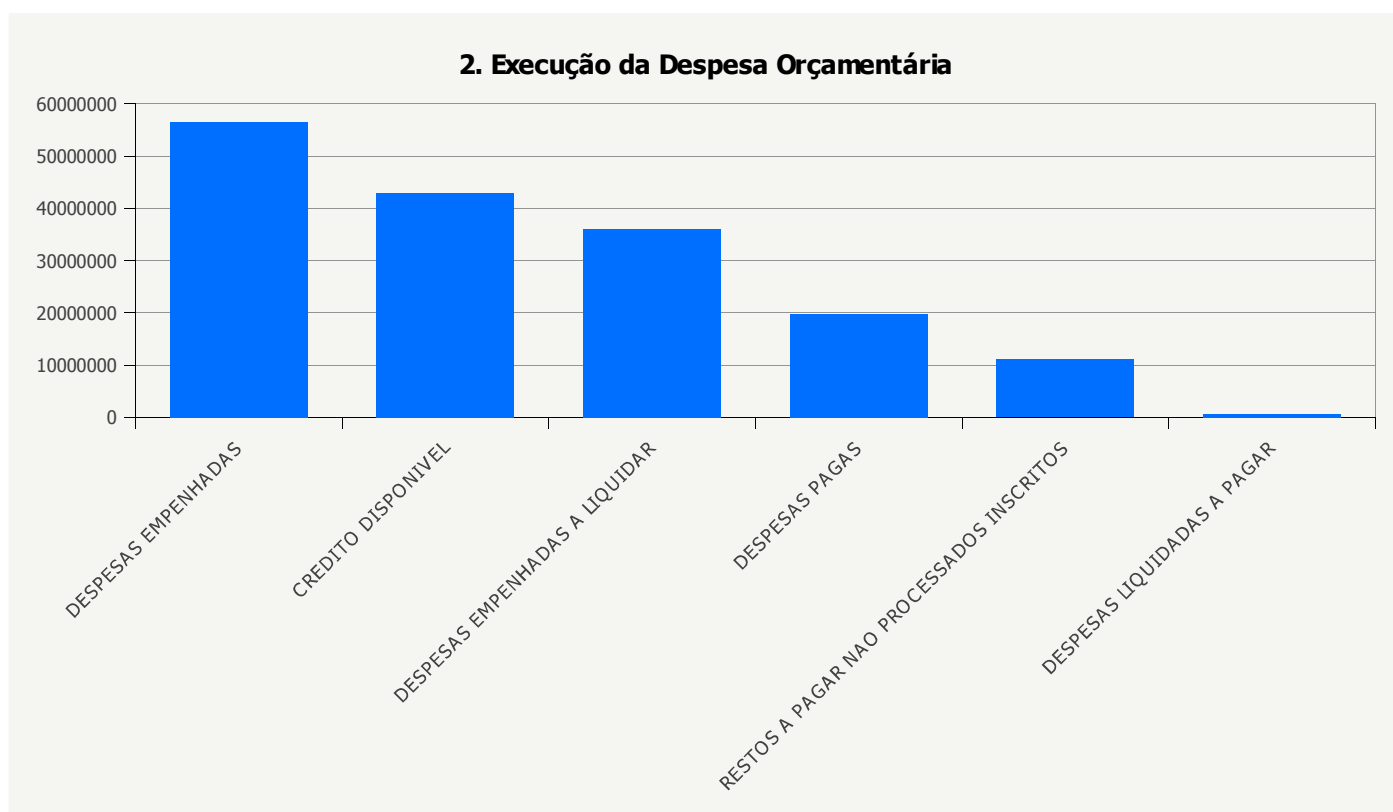
Fonte: Tesouro Gerencial



4.3 Execução das Despesas Orçamentárias

As despesas Orçamentárias da Universidade Federal do Cariri consignadas na Lei Orçamentária de 2018 são compostas por Pessoal e encargos Sociais (63,25%), Outras Despesas Correntes (31,18%) e Investimentos (5,57%).

Gráfico 01 – Execução da Despesa Orçamentária



Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 03 – Despesa Orçamentária: Item Informação

Item Informação	Saldo R\$ (Item Informação)
DESPESAS EMPENHADAS	56.460.517,37
CREDITO DISPONIVEL	42.960.068,99
DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR	36.026.235,34
DESPESAS PAGAS	19.702.719,08
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	11.113.939,30
DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	731.562,95

Fonte: Tesouro Gerencial



Tabela 04 – Despesa Orçamentária: Execução

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	99.606.048,00	97.329.102,00	56.418.417,37	20.434.282,03	19.702.719,08	40.910.684,63
Pessoal e Encargos Sociais	66.715.943,00	66.715.943,00	39.336.238,98	16.892.334,63	16.879.183,02	27.379.704,02
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	32.890.105,00	30.613.159,00	17.082.178,39	3.541.947,40	2.823.536,06	13.530.980,61
DESPESAS DE CAPITAL	5.877.862,00	3.000.000,00	42.100,00	-	-	2.957.900,00
Investimentos	5.877.862,00	3.000.000,00	42.100,00	-	-	2.957.900,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas	105.483.910,00	100.329.102,00	56.460.517,37	20.434.282,03	19.702.719,08	43.868.584,63

Fonte: Balanço Orçamentário, 2018

Dentre os valores empenhados no primeiro trimestre de 2018, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais representaram (69,67%), Outras Despesas Correntes (30,26%) e investimento (0,07%) das despesas totais. Sendo empenhado no período, 56,28% da dotação atualizada consignado no orçamento da universidade. Ressalta-se que R\$ 1.500.000,00 do orçamento destinado a Investimentos encontra-se bloqueado.

4.4 Diárias por Ação de Governo e PI 2018

O gráfico e a tabela a seguir apresentam a execução de diárias no exercício 2018, dentre as elas, pode-se constatar que 70,53% das despesas com diárias foram utilizadas na ação 14 XP – Gestão Administrativa, 23,04% na ação 4572 – Capacitação de Servidores e 8,15% na ação 14 XP – Pesquisa.

Gráfico 02 – Diárias por ação de governo e PI 2018.





Notas Explicativas 1º Trimestre de 2018

Tabela 05 – Execução de Diárias

Ação Governo		PTRES	Item Informação		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR (CONTROLE EMP)	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
			PI		Saldo (Moeda Origem Conta Contábil)	Saldo (Moeda Origem Conta Contábil)	Saldo (Moeda Origem Conta Contábil)	Saldo (Moeda Origem Conta Contábil)
14XP	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA	109015	M14XPG01GAN	GESTAO ADMINISTRATIVA	135.000,00	25.686,70	24.727,48	84.585,82
14XP	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA	109015	M14XPG99CLN	CULTURA	11.400,00	6.973,32	1.094,20	3.332,48
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	109014	V4572N01CPN	CAPACITACAO DE SERVIDORES	45.000,00	38.770,44	162,68	6.066,88
Total					191.400,00	71.430,46	25.984,36	93.985,18

Fonte: Tesouro Gerencial

4.5 Provisão Recebida por Ação de Governo

Tabela 06 – Provisão Recebida por Ação (2018)

Ação Governo		Item Informação	DOTACAO INICIAL		DOTACAO ATUALIZADA		DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	
			PTRES	Saldo R\$ (Item Informação)	Movimento R\$ (Item Informação)	Saldo R\$ (Item Informação)	Movimento R\$ (Item Informação)	Saldo R\$ (Item Informação)
000Q	CONTRIBUICOES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS SEM EXIGENCIA DE P	128287	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00		
		138774	800,00	0,00	800,00	0,00		
		138775	3.200,00	0,00	3.200,00	0,00		
00PW	CONTRIBUICOES A ENTIDADES NACIONAIS SEM EXIGENCIA DE PROGRAM	137090	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00
		137091	0,00	0,00	9.501,00	0,00	9.501,00	0,00
		138773	50.000,00	0,00	34.051,00	0,00	(15.949,00)	0,00
		148558	0,00	0,00	4.448,00	0,00	4.448,00	0,00
0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	088913	260.000,00	0,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00
09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	128282	9.375.610,00	0,00	9.375.610,00	0,00	0,00	0,00
14XP	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA	109015	22.182.260,00	0,00	22.182.260,00	0,00	0,00	0,00
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	088918	905.724,00	0,00	905.724,00	0,00	0,00	0,00
20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	128284	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00
		141700	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00		
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	088912	57.080.333,00	0,00	57.080.333,00	0,00	0,00	(0,00)
212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	138769	474.218,00	0,00	474.218,00	0,00	0,00	0,00
		138770	10.867,00	0,00	10.867,00	0,00	0,00	0,00
		138771	3.079.884,00	0,00	3.079.884,00	0,00	0,00	0,00
		138772	23.628,00	0,00	23.628,00	0,00	0,00	0,00
216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	112379	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00		
4002	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	109016	4.463.342,00	0,00	4.463.342,00	0,00	0,00	0,00
		109019	12.015,00	0,00	12.015,00	0,00		
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	109014	330.000,00	0,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00
8282	REESTRUTURACAO E EXPANSAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO	109017	6.654.808,00	0,00	0,00	0,00	(6.654.808,00)	0,00
		109020	48.221,00	0,00	48.221,00	0,00		
		148269			1.500.000,00	(5.154.808,00)	1.500.000,00	(5.154.808,00)
Total			105.483.910,00	0,00	100.329.102,00	(5.154.808,00)	(5.154.808,00)	(5.154.808,00)

Fonte: Tesouro Gerencial



5. Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

A Universidade Federal do Cariri, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, possuía em Janeiro de 2018 um total de R\$ 16.834.128,67 inscrito em Restos a Pagar Não processados, sendo destes R\$ 11.113.939,30 referente a valores inscrito em 2017 e R\$ 5.720.189,37 Saldo de Restos a Pagar Não Processados dos exercícios de 2016 e 2015, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 07: Restos a Pagar Não Processados inscritos

R\$ Mil

Órgão	Inscrito em 2017(a)	Inscrito em Exercícios Anteriores(b)	Total Inscrito (c)
Universidade Federal do Cariri – UFCA	11.113.939,30	5.720.189,37	16.834.128,67
Total	11.113.939,30	5.720.189,37	16.834.128,67

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018

Nota: A coluna 'Total Inscrito' representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos mais reinscritos).

Quanto ao total de Restos a Pagar reinscritos, apresentado na tabela acima, constatou-se que 76,64% foram provenientes dos valores inscritos no exercício 2016 e 23,36% referente aos empenhos 2015NE800012 (cancelado) e 2015NE800294 (executado). A UFCA atualmente não possui saldos de empenhos de exercícios anteriores a 2016.

A tabela a seguir apresenta os valores inscrito por Categoria Econômica da Despesa

Tabela 09: Execução dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos: Origem do orçamento executado (resumo)

Órgão	Inscrito (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)	b/a%
UFCA	16.834.128,67	5.717.356,87	5.000.372,01	1.006.765,17	10.110.006,63	100,0
Total	16.834.128,67	5.717.356,87	5.000.372,01	1.006.765,17	10.110.006,63	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota: A coluna 'Total Inscrito' representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos mais reinscritos).

Quanto ao total dos Restos a Pagar Não Processados inscritos e reinscrito em 2016, um total de 29,70% foram pagos até o primeiro trimestre do exercício 2018.

A tabela abaixo, demonstra que cerca de 75,12% do saldo inscrito se refere as despesas com investimentos, cujo montante refere-se as contratações de empresas de construção civil e aquisições de equipamentos.



Notas Explicativas 1º Trimestre de 2018

Tabela 09: Execução dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos por Natureza de Despesa

R\$ mil

Órgão	Inscrito	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	%
Outras despesas correntes	4.187.678,75	1.735.164,79	1.719.552,05	992.234,25	1.460.279,71	14,44
Investimentos	12.646.449,92	3.982.192,08	3.280.819,96	14.530,92	8.649.726,92	85,56
Total	16.834.128,67	5.717.356,87	5.000.372,01	1.006.765,17	10.110.006,63	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

Dentre os valores inscrito no Grupo de Natureza de Despesa Investimento destaca-se o elemento Obras em Andamentos o qual consta o empenho 2017NE800345 referente a reforma, ampliação, urbanização, guarita de acesso e estacionamento do instituto de formação de educadores da UFCA, campus de Brejo Santo, atualmente com saldo no valor de R\$ 1.749.941,68, o empenho 2016NE800124 para Construção de um prédio Multiúso com 05 pavimentos, 01 galpão e passarela de acesso – 7ª Etapa dos Campus Juazeiro do Norte, com saldo no valor de R\$ 2.781.404,69 referente a execução do contrato no período de 16/05/2016 à 01/01/2019 e o empenho nº 2015NE800294 referente a Construção de um prédio multiúso com 05 pavimentos, passarela de acesso e estação de tratamento de esgoto no Campus Crato/UFCA, atualmente executado.

O valor das despesas inscritas em restos a pagar não processados na UFCA se justifica pela existência de excepcionalidades legais quanto à validade destas despesas. Segundo o artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os restos a pagar não processados que se refiram às despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Ministério da Saúde e do **Ministério da Educação, financiadas com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.**

Desse modo, conforme explicitado na tabela abaixo, a totalidade dos saldos de restos a pagar não processados constantes na UFCA é representada por despesas excepcionadas pelo dispositivo legal supracitado.

Tabela 10 – Exceções à inscrição de restos a pagar não processados

R\$ milhões

RPNP	Inscrito	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	%
RPNP TOTAL UFCA	16.834.128,67	5.717.356,87	5.000.372,01	1.006.765,17	10.110.006,63	100%
Exceções do Art. 68, § 3º, II, Dec.93.872/86	16.619.777,42	5.592.592,12	4.875.607,26	917.178,67	10.110.006,63	
UFCA financiadas com recursos da Manut. e Desenv. do Ensino	16.583.748,61	5.575.216,11	4.858.231,25	917.178,67	10.091.353,83	
RPNP Total na UFCA (-) Exceções do Decreto	214.351,25	124.764,75	124.764,75	89.586,50	0,00	0,00
PNAES	214.351,25	124.764,75	124.764,75	89.586,50	0,00	



Notas Explicativas 1º Trimestre de 2018

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tesouro Gerencial

Nota: Nota: Os valores referentes às despesas do Ministério da Educação financiadas com recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino são representados pelas despesas com indicador de “Lei Calmon = “SIM”. Já os valores relativos ao PNAES não possuem indicado “Lei Calmon = “SIM”.

Percebe-se, portanto, que 100,00% dos saldos de restos a pagar inscritos pela UFCA se referem a valores excetuados pelo artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872/86.